

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma tributária pode ajudar a restringir irregularidades.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

PEC que muda precatórios congela mercado e derruba preços..... 5

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plano de socorro a afetados por tarifaço de Trump: saiba o que já está valendo e o que ainda precisa ser esclarecido7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote agrada setor, mas é preciso mais.....9

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Refresco fiscal com a situação do país não soa muito bem , diz Mendonça de Barros 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Ajuda precisa ser focada, forte e temporária".....13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alívio para empresas, risco para política fiscal.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Impacto fiscal é pequeno, mas risco está em novas exceções..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Inflação na Argentina vai a 1,9% em julho, mas satisfaz governo Milei.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros longos sobem com pacote de ajuda contra o "tarifaço".....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES POLÍTICA E ECONOMIA NO DF
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplex pode ficar impagável, alerta empresário.....21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O socorro às vítimas do tarifaço - CELSO MING..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em anúncio de medidas, Lula pede pressa para Congresso votar proposta.....23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

A resposta econômica - MÍRIAM LEITÃO..... 25

Quinta-Feira, 14 de Agosto de 2025

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Auditor preso na Operação Ícaro pode fazer delação premiada.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo retira pacote de ajuda a empresas da meta fiscal.....29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Uso do FGE para crédito é visto com ressalvas.....31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote é positivo, mas insuficiente, dizem empresas.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

País precisa abrir mais mercados, defendem especialistas.....35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo sistema da CBS é avanço, mas não supera problemas antigos - VISÃO DO DIREITO
.....36

Reforma tributária pode ajudar a restringir irregularidades

Marta Watanabe De São Paulo

A complexidade do atual sistema de tributação sobre consumo, no qual é comum o acúmulo de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cria ambiente mais propício a irregularidades no cálculo do crédito e na "fila de apuração e restituição" deles. A **reforma tributária** sobre consumo, que deve implantar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com recolhimento efetivo a partir de 2028, deve restringir esse tipo de irregularidade.

Investigação do Ministério Público que resultou na prisão temporária, na terça-feira (12), do fundador e presidente da Ultrafarma, Sidney Oliveira, e do diretor estatutário da Fast Shop Márcio Otávio Gomes, aponta supostas irregularidades em créditos de ICMS relacionados predominantemente ao regime de Substituição Tributária (ST).

Nesse regime, há um pagamento antecipado do ICMS que seria devido na venda do varejista ao consumidor final. O imposto é recolhido no momento da venda da mercadoria pela indústria ao distribuidor atacadista ou varejista. Como nessa etapa ainda não se sabe o preço efetivo de venda ao consumidor final, é preciso usar preços estimados ou margens de lucro, que são estabelecidos pelos Estados com base em pesquisas de preços.

Esse ICMS antecipado é embutido no preço e acaba sendo pago pelo varejista, na aquisição das mercadorias. Quando o preço efetivamente praticado na venda ao consumidor final é menor que o valor ou a margem de lucro estimados, o varejista fica com um crédito. Esse crédito corresponde à diferença entre o valor do ICMS recolhido de forma antecipada, na venda da fábrica ao distribuidor, e o efetivamente devido com base no preço pago pelo consumidor final.

Eduardo Fleury, economista e tributarista, sócio do FCR Lavv, desconhece o caso específico de Ultrafarma e Fast Shop, mas explica que a substituição tributária tende a gerar mais crédito quando, antes da venda ao consumidor final, um distribuidor atacadista revende as mercadorias para estabelecimento de outros Estados, em operação nova-mente sujeita à substituição tributária. Ele explica que o leque de produtos submetidos ao regime já chegou a ser muito mais amplo, mas vem sendo

reduzido gradativamente no decorrer dos últimos anos.

Outro caso em que se acumulam créditos de ICMS é na exportação. O acúmulo de créditos cria também uma fila em que as Fazendas estaduais reconhecem o direito ao crédito das empresas e também uma fila para liberar a restituição. Quando alguém "fura a fila" de créditos também há efeitos concorrenciais, porque isso acaba favorecendo a empresa em relação às demais, explica Fleury. Isso porque os créditos retidos afetam o fluxo de caixa da empresa e passar à frente da fila dá vantagens de maior liquidez.

Para a tributarista Ana Cláudia Akic Utumi, fundadora e sócia do Utumi Advogados, a **reforma tributária** deve reduzir as possibilidades de irregularidades com créditos de ICMS. Ela também não conhece o caso concreto da Ultrafarma e da Fast Shop, mas lembra que a reforma acaba com a substituição tributária que hoje existe para o ICMS. Ela explica que há, porém, um período de transição, de 2028 a 2032, no qual o ICMS vai ser eliminado gradativamente e dar lugar para o IBS.

Atualmente, os Estados, diz Fleury, possuem alto nível de créditos de ICMS a ressarcir. Os Estados em geral não possuem muito interesse em fazer a devolução porque o imposto devolvido às empresas reduz a arrecadação efetiva dos governos estaduais. Em São Paulo, ainda que medidas como o Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado (ProAtivo) tenham buscado ampliar o aproveitamento dos créditos, persiste um estoque alto de créditos do imposto, observa o economista.

Com a **reforma tributária**, isso muda, explica Fleury. Porque os créditos serão administrados pelo Comitê Gestor do IBS. Além disso, há prazo estabelecido para a restituição de créditos.

Os créditos, diz Utumi, não estarão mais na mão dos Estados. "Estarão no comitê gestor, em um núcleo em que haverá muito menos pessoas do que o total de **servidores públicos** de 27 Estados, além dos servidores de municípios." Isso, juntando com os prazos para restituição, diz ela, deve levar à redução do montante de créditos acumulados de ICMS.

Com a reforma, lembra Fleury, as operações B2B

terão os créditos calculados e ressarcidos com o uso do "split payment", que deverá também restringir a emissão de notas frias ou o cálculo de créditos irregulares.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250814>

PEC que muda precatórios congela mercado e derruba preços

Liane Thedim

A retirada dos precatórios do cálculo do teto de gastos do governo federal em 2026 mobilizou as atenções entre as mudanças da PEC dos Precatórios (66/2023), mas é a nova regra de pagamento dessas dívidas para estados e municípios que está assustando advogados e gestores de fundos que investem em ativos judiciais. O texto limita o pagamento conforme o estoque em atraso e pode triplicar o prazo para o dinheiro chegar aos credores, calcula Luiza Oswald, sócia responsável pela área de fundos de "special situations" da JGP.

Diante do cenário, a negociação desses papéis no mercado secundário está congelada e os preços despencaram, diz Khalil Kaddissi, responsável pela área na Oriz Partners. Ele dá como exemplo um precatório do governo de São Paulo, cuja cotação de negociação caiu de 45% do valor de face para 25% após a aprovação da PEC. "A insegurança jurídica está gerando temor de investir em precatórios e gerando uma reprecificação geral", afirma Oswald.

Estudo do BTG Pactual mostra que, caso as novas regras já estivessem em vigor, estados e municípios teriam pago R\$ 12,9 bilhões a menos no ano passado, o que corresponderia a um desembolso de apenas R\$ 17,8 bilhões, frente aos R\$ 30,7 bilhões realizados, uma queda de 42%. Com isso, o relatório estima que, ao longo dos próximos dez anos, o estoque de precatórios em atraso poderá ultrapassar R\$ 880 bilhões caso as novas regras sejam aprovadas. No total, ainda segundo o texto, o estoque de precatórios subnacionais em atraso chegou a R\$ 193 bilhões ao fim de 2024, sendo R\$ 110,4 bilhões de responsabilidade dos estados e R\$ 82,9 bilhões, dos municípios.

Outra mudança prevista na PEC é a substituição da Selic por IPCA mais juros simples de 2% ao ano na atualização dos valores. Se no mesmo período a taxa básica de juros for menor, será aplicada a Selic. "Vai ser uma corrida contra o tempo, e o que ficar de fora não terá correção adequada até sair o pagamento", resume Oswald. "A tendência é que a discussão vá ao STF", avalia ela.

A PEC passou na Câmara dos Deputados em julho, mas, por ter sofrido mudanças, teve que retornar ao Senado, que aprovou o texto-base em primeiro turno e

deve concluir a votação neste mês. Se aprovado, vai a promulgação. "Já estamos falando com originadores e varejo que o preço mudou", conta Kaddissi.

Fundada pelo ex-secretário do Tesouro Carlos Kawall, a Oriz monta fundos por classe e, em precatórios, tem um de estaduais e municipais e outro de federais, que Kaddissi considera estar em situação normal. "O governo destravou o pagamento dos precatórios e acreditamos que todos serão honrados até o fim desta gestão, então compramos títulos que vencem até 2026", comenta.

O fundo focado em precatórios estaduais e municipais, lançado neste ano, pode chegar a R\$ 300 milhões. O caixa, afirma, é uma vantagem para se aproveitar das oportunidades do momento. "Fundos menores vão querer vender suas carteiras e estaremos atentos. Estamos crescendo rapidamente acreditamos na estratégia." A previsão é que a Oriz termine o ano com R\$ 1 bilhão em ativos estressados como um todo.

Pelo texto, se em 1º de janeiro de cada ano os valores totais em atraso forem de até 15% da receita corrente líquida do ano anterior, município ou estado poderá pagar somente os títulos cuja soma seja equivalente a 1% dessa receita. Esses índices valerão inclusive para entes federativos que não tenham estoque, caso do Rio, por exemplo. Os percentuais crescem gradativamente até atingirem o pagamento equivalente a 5% da receita, se o estoque for maior que 85%. O texto original previa o limite de 30% da receita corrente líquida.

Para Oswald, como atinge estados e municípios que estão em dia com as obrigações, a proposta tende a gerar mora generalizada. Ela explica que a prefeitura carioca, por exemplo, vem destinando 2,8% da receita corrente líquida para pagamento de estoque anual e agora essa fatia deve cair para 1%, percentual que não acompanha o crescimento do estoque. "A regra viola os princípios de equidade e isonomia, dando um privilégio ilegal ao devedor", alerta.

Inicialmente a proposta era restrita a municípios, mas o parecer do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) estendeu a estados e União. "Já estávamos precificando o cenário de PEC 66 para os municípios, e agora incluímos os estados. Por isso, não temos comprado precatórios estaduais", diz Oswald. A JGP,

uma das mais tradicionais gestoras do país, tem R\$ 150 milhões na estratégia de ativos estressados, que abrange investimentos em créditos com problemas, como em inadimplência ou processos judiciais.

Os deputados também mudaram a data limite de apresentação dos precatórios transitados em julgado para que eles sejam incluídos no Orçamento a fim de serem pagos até o término do ano seguinte. Atualmente, essa data é 2 de abril; e o texto passa para 1º de fevereiro, diminuindo em dois meses o intervalo de tempo. Os precatórios e RPVs (Requisição de Pequeno Valor) apresentados depois dessa data devem ser incluídos para pagamento somente para o segundo exercício seguinte. De lá de fevereiro até 31 de dezembro do ano seguinte, não haverá juros de mora sobre os precatórios.

Por exemplo, se uma decisão sair no dia 5 de fevereiro de 2026, estados e municípios só incluirão esse pagamento no orçamento de 2028. Oswald diz que, na prática, isso tem um impacto muito maior do que dois meses, porque 1º de fevereiro é muito próximo do fim do recesso da Justiça, o que praticamente elimina a chance de sair uma determinação de pagamento a ser paga no ano seguinte.

Rodrigo Taíra, sócio da área de direito tributário do BMA Advogados, diz que a forma fluida de pagamento, relacionada à receita e ao estoque, deixa indefinido o prazo de pagamento, numa metodologia que só empurra o desembolso. "É preciso ter estabilidade institucional. Não há dúvida de que o ente federativo deve e que tem que fazer o pagamento." Ele lembra que desde 2021 a expectativa era de que o problema seria resolvido, quando uma emenda constitucional prorrogou o prazo do regime especial que terminava em 2024 e determinou que estados e municípios teriam que regularizar o estoque até 2029. Para o advogado, o Supremo Tribunal Federal pode ser chamado a se pronunciar sobre a constitucionalidade.

Em nota técnica enviada ao Congresso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirma que a PEC viola direitos e garantias dos credores de precatórios. "A afronta já foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) 4357, 4425, 7047 e 7064, oportunidades em que foram demonstradas a posição da Corte contra mecanismos que perpetuam a dívida pública judicial, violando a coisa julgada, o princípio da efetividade das decisões judiciais e o direito de propriedade dos credores." Para a OAB, a mudança "reduz a previsibilidade e a atratividade econômica dos créditos judiciais, fragiliza o cumprimento das decisões judiciais e compromete a segurança jurídica em todas as esferas governamentais." Guilherme

Bechara, sócio da área tributária do Demarest Advogados, afirma que, em busca de equilibrar a área fiscal de municípios e estados, o Congresso acabou prorrogando na prática o regime especial, só que agora sem prazo para pagar. "A vinculação à receita limita demais, funciona como mais uma rolagem." Para ele, a entrada em vigor da PEC vai levar a uma judicialização do tema, com entidades contrárias se unindo e recorrendo ao STF "para impedir a postergação infinita." De acordo com o advogado, o Supremo tende a modular os efeitos da proposta por ser extremamente prejudicial aos credores. Ele conta que os clientes do escritório que investem em precatórios - na grande maioria, gestores e investidores de alta renda - estão preocupados, embora a maioria concentre recursos nos papéis federais, que voltaram a ser pagos. "Já vínhamos evitando os estaduais por causa da imprevisibilidade de pagamento", comenta. "Os investidores dão saída a esses títulos, porém agora a PEC tende a derrubar os preços." Bechara comenta que em São Paulo a fila de espera para receber os créditos chega a 15 anos, prazo que agora pode passar de 25 anos. "É preciso ter equilíbrio entre a visão fiscal dos entes federativos e a proteção aos credores", alerta.

No caso da meta fiscal da União, embora retire os precatórios das despesas primárias em 2026, o texto acrescenta, a cada ano, a partir de 2027, 10% do estoque dentro das metas fiscais previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na prática, a retirada dos precatórios e das requisições de pequeno valor (RPV) ajuda o governo a cumprir a meta fiscal do próximo ano (R\$ 34 bilhões ou 0,25% do **PIB** projetado de 2026). O total de precatórios inscritos para 2026 é de cerca de R\$ 70 bilhões.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1§ion=1>

Plano de socorro a afetados por tarifaço de Trump: saiba o que já está valendo e o que ainda precisa ser esclarecido

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta quarta-feira o plano de socorro para as empresas afetadas pelo tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos. O pacote estabelece uma série de medidas para auxiliar os setores afetados, de linhas de crédito subsidiado a compras governamentais.

Algumas das medidas já estão sob vigência, enquanto outras ainda precisam ser regulamentadas. Entenda a seguir o que está valendo ou não:

A principal medida de socorro é uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões para empresas que comprovarem perdas com a taxaço americana, sobretudo pequenos e médios negócios. Os juros serão subsidiados.

Em troca, os beneficiados terão de se comprometer a preservar empregos, mas haverá exceções para as empresas mais prejudicadas, com a exigência de outras contrapartidas.

A oferta destas linhas de crédito, no entanto, ainda dependem da definição das condições do financiamento, como as taxas de juros e prazos. Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, o governo deve acertar estes detalhes até a semana que vem.

- Ao longo desta e da próxima semana esses atos serão editados e vamos construir junto com os bancos um cronograma de oferta dessas linhas de crédito - disse Mello em entrevista coletiva nesta quarta.

A regulamentação será feita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Além dos juros, o CMN também vai decidir sobre os setores prioritários.

O governo ainda anunciou o aumento da alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), iniciativa do governo para incentivar as exportações.

O Reintegra será uma espécie de antecipação temporária, até dezembro de 2026, dos efeitos da **reforma tributária**, que a partir de 2027 deixará de taxar exportações. A medida terá impacto de até R\$ 5

bilhões, nas contas do Ministério da Fazenda.

O Reintegra permite que as empresas que exportam recebam de volta parte dos **tributos** que foram pagos durante a produção dos produtos exportados. Segundo o governo, micro e pequenas empresas passarão a receber 6% de volta. Médias e grandes empresas, receberão 3% dos **tributos** de volta. As novas condições do Reintegra valerão até dezembro de 2026.

Uma das medidas previstas é a expansão do prazo para o uso de créditos tributários das empresas que atuam no regime de Drawback - que importam insumos para produzir mercadorias para exportação. A medida já está em vigência a partir desta quarta.

Drawback é um regime aduaneiro que permite a suspensão ou isenção de **tributos** incidentes na aquisição de insumos empregados ou consumidos na industrialização de produtos exportados. O mecanismo funciona como incentivo às exportações brasileiras.

Para ter acesso ao benefício, a empresa precisará comprovar os compromissos de exportação para os Estados Unidos. O prazo de prorrogação excepcional de um ano será contado a partir da data de assinatura de um termo com o governo.

A MP também estabeleceu as condições para compras governamentais, incluindo estados e municípios, de produtos afetados pelo tarifaço, especialmente frutas e pescados, que têm validade curta. O programa valerá para alimentação escolar, mas também para outros fins. As compras já podem ser realizadas pelos órgãos interessados.

Os governos vão poder comprar, excepcionalmente, gêneros alimentícios que deixarem de ser exportados para os Estados Unidos. As condições ainda serão definidas pelos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Além do governo federal, estados e municípios também poderão fazer essa aquisição, caso julguem necessário.

Outra medida prevista na MP é uma autorização para diferimento dos **tributos** das exportadoras afetadas.

Esta medida ainda precisa ser regulamentada por ato da **Receita Federal**.

A Receita adiará pelos próximos dois meses (setembro e outubro), a cobrança de **impostos** das empresas mais afetadas pelo tarifaço. Estes **tributos**, não cobrados durante os dois meses, deverão ser pagos em novembro e dezembro.

O plano também prevê a criação da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego, com o objetivo de monitorar os postos e verificar se estão realmente sendo mantidos.

A atuação será coordenada com as Câmaras Regionais e as Superintendências do Trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego já publicou uma portaria regulamentando a criação desta Câmara na quarta-feira.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/14/plano-de-socorro-a-afetados-por-tarifaco-de-trump-saiba-o-que-ja-esta-valendo-e-o-que-ainda-precisa-ser-esclarecido.ghtml>

Pacote agrada setor, mas é preciso mais

» FERNANDA STRICKLAND » RAPHAEL PATI » VICTOR CORREIA » ROSANA HESSEL

Enfim, nasceu. Após semanas de expectativa, o aguardado pacote de medidas do governo federal para socorrer os exportadores brasileiros afetados pelo tarifaço de Donald Trump promete dar um alento à guerra comercial contra os Estados Unidos. De forma geral, o empresariado aprovou o conjunto de ações, que incluem uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões e são voltadas principalmente para os pequenos empreendedores. Especialistas afirmam, no entanto, que a ajuda é um paliativo. Será preciso fazer mais para compensar as medidas protecionistas norte-americanas. E ficar atento às consequências fiscais do chamado Plano Brasil Soberano, detalhado na Medida Provisória 1309/2025.

A principal medida é o uso de R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) para a criação de novas linhas de crédito do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Exportadores afetados pelo tarifaço poderão acessar empréstimos com juros menores do que o praticado pelo mercado, mas deverão se comprometer com a manutenção de empregos.

Além disso, o FGE passará por uma reforma estrutural para abranger todos os setores da exportação, e outros fundos receberão aportes. Serão R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões para o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão para o Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil. Os valores serão usados como seguro para os empréstimos a pequenos e médios exportadores, que possuem maior risco de inadimplência.

"Nós vamos atender prioritariamente quem foi atingido, mas o FGCE passa a operar em todo o setor exportador do Brasil, porque nós não podemos contar com que todo mundo consiga resolver o seu problema. E nós precisamos continuar gerando divisas, fortalecendo contas externas, mantendo reservas cambiais" disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante o anúncio.

A pasta de Haddad ainda vai definir quais serão as condições financeiras para os empréstimos, bem como os critérios de elegibilidade e as exigências de manutenção do emprego.

Além de abrir uma linha de financiamento, o Executivo

decidiu aliviar o caixa das empresas com medidas tributárias. Uma delas é a prorrogação, por um ano, do regime de drawback, que isenta de **impostos** a importação de matéria-prima para produtos que, posteriormente, são exportados. Ainda na área tributária, a **Receita Federal** está autorizada a adiar em até dois meses a cobrança de **impostos** federais para as empresas mais prejudicadas.

Em decisão tomada na terça-feira, horas antes do anúncio, o governo também optou por ampliar o programa Reintegra, que devolve aos exportadores brasileiros parte dos **tributos** pagos ao longo da cadeia produtiva em forma de crédito tributário. Com a mudança, grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de retorno, e as micro e pequenas, com até 6%. A medida vale apenas até dezembro de 2026.

Segundo Haddad, a **reforma tributária** - aprovada em 2023 e regulamentada no ano passado - também vai beneficiar os exportadores, e tornará parte dos anúncios obsoletos. "Muitas das medidas que estão sendo tomadas aqui vão ter fôlego até 2027, porque a **reforma tributária**, ao entrar em vigor, já vai destravar muitas exportações" disse.

Repercussão

O aguardado pacote de medidas de socorro foi bem recebido por entidades do setor produtivo, apesar da demora. O plano de ajuda era esperado para o fim de julho, antes do início da taxaço de 50% sobre produtos brasileiros, na semana passada.

Especialistas, contudo, acreditam que o governo brasileiro busca ganhar tempo enquanto tenta abrir um canal de negociação com os Estados Unidos. "O pacote precisa ser muito focado e temporário, de fato, para não entrar naquela ideia de que vai ser permanente, e, assim, virar mais um gasto tributário. Depois, vai ser difícil de tirar, especialmente porque o governo Trump está no primeiro dos quatro anos de mandato" alertou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, o risco de a crise tarifária permanecer por muito tempo "é muito grande". O melhor caminho, segundo ele, é abrir novos mercados.

"O essencial seria o governo ajudar bastante nessa abertura de novos mercados; fechar o acordo de livre comércio com a União Europeia; e continuar a negociação com os norte-americanos. Essa é a porta mais difícil. Mas, de certa forma, já conseguimos

isenção para quase 700 produtos nesse primeiro processo" afirmou Vale.

Em certo sentido, o pacote atende a essas reivindicações. Além da linha de crédito de R\$ 30 bilhões, o governo anunciou mais duas frentes: a contrapartida de manutenção de emprego e instauração da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego; e a abertura de novos mercados, a continuidade das negociações com o governo norte-americano e atuação na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O impacto fiscal do pacote ainda é incerto. Mas, até 2026, poderá chegar a pelo menos R\$ 9,5 bilhões, considerando os aportes de R\$ 4,5 bilhões em três fundos garantido-res e a renúncia de R\$ 5 bilhões com a antecipação dos efeitos da **Reforma Tributária**. "Será necessário acompanhar se o impacto primário de cerca de R\$ 10 bilhões estará sujeito às limitações do arcabouço fiscal" observou o econo-mista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

Especialista em contas públicas, Salto destacou que o ideal seria não excluir tais valores do cômputo da meta, "mas, sim, utilizar a banda de tolerância de 0,25% do **PIB** para absorver tais choques". "Cabe notar que, em nosso entendimento, não se pode excluir um gasto da meta fiscal por meio de medida provisória", ressaltou.

O ex-secretário de Comércio

Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) Welber Barral, sócio da BMJ Consultores Associados, reconheceu a importância do pacote, mas avalia que as medidas não devem resolver todos os problemas dos exportadores, como o adiamento no pagamento de **tributos** por apenas dois meses. "A prorrogação de dois meses para pagamento de imposto é um prazo muito pequeno. E ainda é preciso olharmos atentamente as condições do financiamento para os exportadores" afirmou Barral.

O economista e consultor André Perfeito avaliou que as propostas do pacote têm como principal objetivo "ganhar tempo" nas negociações com os Estados Unidos. "Me parece adequado também o governo não retaliar, o que abre alguma brecha para negociação" afirmou. Perfeito, contudo, destacou que o ponto mais

problemático no anúncio é o das compras governamentais de produtos perecíveis. "Isso pode gerar queda de preço generalizada em alguns setores e criar desincentivos econômicos para os produtores que já atendiam o mercado local. Na época de Getúlio Vargas, o governo comprou café e queimou esse

mesmo café para evitar queda de preço generalizada, nos ensina os livros de história", alertou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, avaliou como positivas as medidas do pacote do governo. "Recebemos positivamente pelo fato de contemplar muitas das demandas feitas pelas indústrias, federações e associações setoriais, e também porque englobou dois conceitos básicos: continuar negociando como prioridade e, o segundo, se novas medidas forem necessárias, elas serão tomadas", disse.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/14/all.pdf>

'Refresco fiscal com a situação do país não soa muito bem', diz Mendonça de Barros

O pacote de medidas para mitigar os efeitos negativos da sobretaxa dos EUA sobre as exportações do Brasil foi avaliado positivamente por economistas ouvidos pelo GLOBO, mas há algumas preocupações. A principal delas está relacionada às despesas, para os cofres públicos, para custear as ações anunciadas.

Ex-secretário de Política Econômica durante o governo Fernando Henrique (PSDB) e sócio fundador da consultoria MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros avaliou que as medidas com impacto direto nas contas, como a ampliação do Reintegra - que devolve aos exportadores um percentual das receitas com as vendas no exterior, para garantir o princípio de que as exportações não devem pagar **tributos** sobre o consumo -, não "soam muito bem".

O GLOBO também entrevistou o ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega, que chama a atenção para prática que está se tornando comum de excluir gastos das regras fiscais, como vai acontecer com parte do pacote ao exportador. Clique aqui e confira a íntegra da entrevista com o sócio fundador da consultoria Tendências.

Pacote de medidas foi suficiente? Como avalia as medidas?

O tarifaço, do ponto de vista macroeconômico, vai ter um impacto muito modesto na economia do Brasil. Esse consenso é absoluto. É de 0,1 ponto percentual nos próximos dois anos. Então, o efeito macro é nenhum. Porém, em quem foi tarifado em 50% é uma boa pancada que vai provavelmente interromper o fluxo de exportação. Vão sofrer muito.

Esse suporte vai na direção correta. Porque para muita gente, não era só o pedido que estava feito, a empresa aqui já estava produzindo para embarcar. Provavelmente, fez alguma operação com adiantamento de contratos de câmbio que a maior parte dos transportadores usa como capital de giro.

E, de repente o seu pedido, por causa da tarifa, foi suspenso, cancelado. As empresas exportadoras ficaram vulneráveis financeiramente, porque elas têm um financiamento de capital de giro pela produção que já estava vendida. E, de repente, isso não aparece.

Corremos o risco de o pacote ser prorrogado e o custo

ser bem maior que o previsto?

Comparado com outros pacotes, como o de ajuda ao setor de eventos que veio na pandemia e que virou a porteira pela qual até hoje passa a boiada, na exportação, pelo menos, exportador é 100% registrado. Não tem ninguém que vai pegar carona num negócio de exportação não sendo exportador atuando lá.

É uma coisa que para mim faz sentido. Mas os refrescos fiscais (Reintegra), e aí tem um componente de subsídio, com a situação fiscal da União, é uma coisa que não soa muito bem. Já entra na fase de subsídio de suporte. Eles poderiam não ter esse tipo de coisa acontecendo.

Vai ser um gasto totalmente fora da meta fiscal, segundo a declaração do secretário. Por isso, vai ser ruim. O correto seria o custo tributário ser compensado com o corte em outro lugar.

A outra vantagem é que os benefícios nascem com data para terminar. O Reintegra só vale para este ano e o ano que vem. Depois entra a **Reforma Tributária**.

E as compras governamentais? Elas funcionam?

Os governos do PT têm paixão por compras pelo setor público. Não tenho nenhuma expectativa positiva nesse pedaço. Acho que o governo não é preparado para fazer isso. A compra de arroz na ocasião das enchentes no Rio Grande do Sul foi um fiasco absolutamente fenomenal, porque não tem estrutura, não tem processo, não tem logística, não tem nada mais. Não espero nada, exceto dor de cabeça.

Somando tudo, eu acho que as medidas na área de crédito e do seguro fazem sentido, porque o grande problema para quem está sofrendo com tarifaço é a ponte financeira, porque de repente ficou sem a venda. Isso sim faz sentido. Eu acho que não tem a menor dúvida.

A medida de devolução de **impostos** claramente é um tipo de subsídio. Aqui seria fundamental, que esse gasto adicional fosse compensado com corte em algum lugar. Nas compras pelo setor público, não espero nada, exceto dor de cabeça. E tem a vantagem de ser por um período limitado e é mais difícil ver

empresas pegando carona no programa.

As condições de crédito ainda não foram detalhadas.

Demorou bastante para sair e está muito econômico em detalhes, até onde eu sei. Ainda vai para o Congresso e aí que nós vamos ver se vai aparecer lobby para salvar a pátria (ampliar a ajuda) ou não. Acho que esse é o risco.

O pacote é mais direcionado para pequenas ou grandes empresas?

Os mercados tendem a alocar esses recursos para empresas de melhor balanço, de menor risco. Embora muita empresa média exportadora seja muito bem equilibrada, como o dinheiro vai fluir através do sistema bancário, haverá um certo viés a favor da empresa maior. Só a regra do Reintegra que explicitamente o rebate de imposto é maior, o dobro para pequenas e médias empresas.

Pode-se ter algum ganho com essa situação?

Poderia ser uma oportunidade de aumentar o grau de abertura da economia brasileira através da busca de novos mercados, melhorar a competitividade. Era uma oportunidade de mostrar que a gente seria melhor se tivesse uma economia mais aberta.

O impacto do tarifaço americano foi pequeno porque uma parte relevante das exportações ficou de fora, e também porque exportamos pouco para os Estados Unidos. Representavam 25% em 2010, os últimos dados estão em 12% e vai cair para um dígito. Enquanto que as exportações para a Ásia, não é só a China, não param de aumentar e continuarão a aumentar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/14/refresco-fiscal-com-a-situacao-do-pais-nao-soa-muito-bem-diz-mendonca-de-barros.ghtml>

"Ajuda precisa ser focada, forte e temporária"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Sergio Vale - Economista-chefe da MB Associados, Vale foi pesquisador da Fipe-USP e professor do IBMEC (atualmente Insper)

Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, o pacote apresentado pelo governo para socorrer as empresas afetadas pelo tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, precisa ter prazo de duração e foco.

Por ora, Vale diz que o melhor que o governo brasileiro deve fazer é buscar novos mercados para os produtos brasileiros.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Como avalia o pacote apresentado pelo governo?

A ideia de três partes - continuar negociando, fazer ajuda com crédito tributário e buscar novos mercados - é o caminho mais virtuoso para se fazer nesse momento, especialmente buscar novos mercados.

Acho que o governo tinha de fazer um esforço muito grande nesse momento de ampliação dos acordos comerciais, acelerar o acordo com a União Europeia. Esse caminho é bastante importante. E também, obviamente, seguir negociando.

A negociação que foi feita conseguiu tirar 700 produtos (da lista da tarifa dos EUA). Então, houve uma certa eficiência. O que não dava para fazer era retaliar como se imaginava que era uma possibilidade.

Colocar a tarifa de importação com os produtos americanos só levaria a uma situação ainda mais grave.

A retaliação não pode ser um caminho para o Brasil, então?

Não estamos com capacidade de fazer uma retaliação via tarifa de importação. Haveria um processo inflacionário aqui no Brasil num momento de inflação elevada. Esse não é um caminho mais adequado. Agora, disso tudo o que foi colocado pelo governo, o que fica de receio é conseguir fazer, de fato, um programa que vai ser focado nas empresas que precisam e que tenha um prazo para terminar.

A ajuda precisa ser focada, forte, temporária e parar por aí. Não pode ser uma ajuda que se estenda. E o melhor que o governo poderia fazer é ajudar essas empresas na busca de novos mercados. Nesse momento, ampliar os acordos comerciais seria o mais interessante para o governo focar.

E qual é o impacto estimado do tarifaço?

No geral, o impacto na macroeconomia brasileira não vai ser muito grande. Tem algum impacto possível de preços que a gente vê acontecer, positivo na inflação. Mas vemos, pelo próprio comportamento do câmbio e pelo cenário em termos de expectativas de inflação, atividade e juros, que ninguém mudou o cenário por conta desse choque. A atividade e a inflação estão desacelerando.

E a discussão que se coloca agora é baixar a taxa de juros já no final deste ano, que é o nosso cenário há algum tempo.

E tem algum espaço para negociar com os EUA?

Acho que tivemos um ganho muito grande por eles terem excluído os 700 produtos. Fica difícil imaginar que você vai conseguir colocar outros, mas, talvez, alguns específicos, como é o caso do café. Os Estados Unidos não têm de onde buscar esse café, seja do Vietnã ou da Colômbia. Nesse sentido, tem um caminho de uma eventual negociação adicional para poder colocar outros produtos. A gente já conseguiu esses 700 produtos, e não está muito claro se vai ser possível conseguir mais, porque, nos próximos meses, o Trump estará lidando com questões domésticas, tem a questão (da presidência) do Banco Central e da própria desaceleração da economia americana.

E vai entrar, cada vez mais, essa ideia de que as coisas que o Trump está fazendo não estão funcionando. Não vai mudar radicalmente a balança comercial, não vai trazer indústrias efetivamente para os EUA. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alívio para empresas, risco para política fiscal

CÁSSIA ALMEIDA E PAULO RENATO NEPOMUCENO

O pacote de medidas para mitigar os efeitos negativos da sobretaxa dos EUA sobre as exportações do Brasil foi avaliado positivamente por economistas ouvidos pelo GLOBO, mas há algumas preocupações. A principal delas está relacionada às despesas, para os cofres públicos, para custear as ações anunciadas.

Ex-secretário de Política Econômica durante o governo Fernando Henrique (PSDB) e sócio fundador da consultoria MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros avaliou que as medidas com impacto direto nas contas, como a ampliação do Reintegra -que devolve aos exportadores um percentual das receitas com as vendas no exterior, para garantir o princípio de que as exportações não devem pagar tributos sobre o consumo -, não "soam muito bem".

Já o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, sócio fundador da Tendências Consultoria, ressaltou que gastos fora do teto previsto no arcabouço fiscal estão "virando moda", o que tira credibilidade da regra de controle.

Os economistas também destacaram a falta de detalhes sobre as linhas de crédito e demonstraram preocupação com eventual prorrogação das medidas, ampliando seus custos. Mendonça de Barros ainda criticou a ideia das compras governamentais para os produtos perecíveis, lembrando o "fiasco fenomenal" com o arroz, na época das enchentes no Rio Grande do Sul -um leilão foi cancelado, sob suspeita de irregularidade.

**

ENTREVISTA / CÁSSIA ALMEIDA

José Roberto Mendonça de Barros, EX-SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA REFRESCO FISCAL NÃO SOA MUITO BEM'

O pacote de medidas foi suficiente? Como o senhor avalia as medidas?

O tarifaço, do ponto de vista macroeconômico, vai ter um impacto muito modesto na economia do Brasil. Esse consenso é absoluto. É de 0,1 ponto percentual nos próximos dois anos. Então, o efeito macro é

nenhum. Porém, em quem foi tarifado em 50%, é uma boa pancada que vai provavelmente interromper o fluxo de exportação. Vão sofrer muito. Esse suporte vai na direção correta. Os exportadores trabalham com adiantamentos de contratos de câmbio que financiam avenda. As empresas exportadoras ficaram vulneráveis financeiramente, porque elas têm um financiamento de capital de giro pela produção que já estava vendida. E, de repente, isso não aparece.

Corremos o risco de o pacote ser prorrogado e o custo ser bem maior que o previsto?

Comparado com outros pacotes, como o de ajuda ao setor de eventos que veio na pandemia e que virou a porteira pela qual até hoje passa a boiada, na exportação, pelo menos, exportador é 100% registrado. Não tem ninguém que vai pegar carona num negócio de exportação não sendo exportador. Mas os refrescos fiscais, e aí tem um componente de subsídio, com a situação fiscal da União é uma coisa que não soa muito bem. Vai ser um gasto fora da meta fiscal, segundo a declaração do secretário. Por isso, vai ser ruim. O correto seria o custo tributário ser compensado com corte em outro lugar.

E as compras governamentais? Elas funcionam?

Os governos do PT têm paixão por compras pelo setor público. Não tenho nenhuma expectativa positiva nesse pedaço. Acho que o governo não é preparado para fazer isso. A compra de arroz na ocasião das enchentes no Rio Grande do Sul foi um fiasco absolutamente fenomenal, porque não tem estrutura, não tem processo,

não tem logística, não tem nada mais. Não espero nada, exceto dor de cabeça.

As condições de crédito ainda não foram detalhadas.

Demorou bastante para sair e está muito econômico em detalhes, até onde eu sei. Ainda vai para o Congresso e aí que nós vamos ver se vai aparecer lobby para salvar a pátria (ampliar a ajuda) ou não. Acho que esse é o risco.

O pacote é mais direcionado para pequenas ou grandes empresas?

Vamos imaginar que não tenha nenhuma tentativa de direcionamento. Mas os mercados tendem a alocar esses recursos para empresas de melhor balanço, de menor risco. Embora muita empresa média exportadora seja muito bem equilibrada, como o dinheiro vai fluir através do sistema bancário, haverá um certo viés a favor da empresa maior.

**

ENTREVISTA / PAULO RENATO NEPOMUCENO

Mailson da Nóbrega EX-MINISTRO DA FAZENDA

É MUITO DIFÍCIL NÃO AMPARAR'

As medidas são positivas?

As medidas vão na direção correta. Sempre se pode criticar a necessidade desse tipo de ação, porque foram riscos assumidos pelos exportadores. Mas, em um momento como esse, em que o Brasil foi surpreendido pela estupidez de Trump, com impactos graves, é muito difícil política e economicamente não amparar os setores afetados por um certo período.

Podemos esperar resultados para logo?

O impacto não será instantâneo. O drawback é uma medida técnica adequada, já que é um mecanismo pelo qual se suspende os **impostos** de importação. E tem um prazo para vigência, que deve coincidir com a exportação. Como a exportação não vai acontecer e já se fez a importação, é preciso dar um prazo para encontrar um destino diferente ou esperar uma nova exceção na lista do tarifaço do Trump. Já o Reintegra é um esforço para estimular exportações no geral. Com a mudança de percentual, se tomou um programa de incentivo para a busca de outros mercados e aumento de competitividade, independentemente do tarifaço. E, politicamente, não se podia dizer que o governo está concedendo benefícios ao exportador enquanto pudesse demitir. Seria insustentável. E difícil contabilizar, mas algum impacto positivo para evitar perdas de **PIB** terá.

O que falta detalhar melhor?

Vai ser necessário o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecer as condições desses empréstimos, porque isso vai dar lugar ao subsídio. As compras diretas pelo governo também são uma medida correta e faz sentido para quem está com produto perecível, mas não se menciona nenhuma dotação para isso.

Diante da experiência com programas de ajuda no passado, acredita em prorrogação das medidas?

A probabilidade é muito grande. Se a tarifa continuar, se não houver novas exceções, vai haver pressão dos setores para manutenção, para mais tempo de programa, até pelo menos, justificarão os exportadores, que consigam direcionar para outros mercados. A rigor, o objetivo é atender a emergência, que não pode ter prazo indefinido.

O pacote prejudica as contas públicas?

Diante da rigidez orçamentária, a margem de manobra é inexistente. Se o governo não tem margem de manobra, o natural é pedir a exclusão (das regras fiscais). E está virando moda. O arcabouço é uma tábua de pirulitos, cheio de furos, que vai perdendo a credibilidade e viabilidade. E uma peça de ficção. Perde-se a credibilidade mais uma vez e agrava-se a insustentabilidade fiscal. Isso já está precificado nos mercados, R\$ 9,5 bilhões não fazem a diferença.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Impacto fiscal é pequeno, mas risco está em novas exceções

O impacto fiscal das medidas do plano Brasil Soberano é relativamente pequeno, diante da dimensão das contas públicas do país. Crises como a do tarifaço dos Estados Unidos - com consequências em atividade econômica e emprego - exigem o uso da política fiscal, afirmam economistas ouvidos pelo Valor, mas alertam para o risco de novas exceções ao arcabouço fiscal.

No anúncio do plano, o governo estimou em R\$ 9,5 bilhões o impacto no resultado primário. O valor contempla R\$ 4,5 bilhões dos fundos garantidores para financiamento das exportações e mais até R\$ 5 bilhões do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra). Uma nova tentativa do governo de excluir gastos da meta fiscal, no entanto, é uma sinalização negativa e afeta a credibilidade da meta, apontam especialistas. A estrutura do arcabouço prevê espaço para eventos extraordinários, e deveria contemplar situações como a vivida agora.

"Se o governo quiser contornar a regra fiscal, é um péssimo caminho. Ele tem a banda de 0,25% do **PIB** na meta fiscal justamente para comportar imprevistos. O valor [cerca de R\$ 9,5 bilhões] deveria ser comportado na banda da meta, ela existe para isso", afirma o economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Felipe Salto.

A meta fiscal deste ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo. E é essa margem que o governo deveria usar para situações de exceção, defende também o diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI), Alexandre de Andrade: "O desenho da regra fiscal foi feito para acomodar choques na meta. [...] Eventos extraordinários [como o tarifaço] são passíveis de acontecer e o governo resolveu agir para impedir impactos maiores na atividade econômica. Só que ao mirar o piso da banda da meta fiscal, o governo não deixou espaço para eventos extraordinários."

"O governo aproveitou a banda para fazer outras coisas, como liberar emendas parlamentares e fazer aquele descontingenciamento. Isso totalizou mais de R\$ 20 bilhões", diz Salto.

Em julho, reverteu totalmente o contingenciamento de

R\$ 20,7 bilhões que estava previsto para 2025, devido à expectativa de ingresso de novas receitas neste ano, em especial R\$ 14,8 bilhões com o leilão de áreas não contratadas do pré-sal.

Para o economista da Tendências João Leme, as medidas previstas no plano Brasil Soberano têm pouco custo direto nas finanças públicas, mas o precedente de excluir esses valores da regra fiscal é negativo.

"O impacto fiscal desse plano é relativamente moderado. O mais preocupante não é bem o valor ou a cifra final, mas é o precedente [da iniciativa]. É essa atitude que parece ser meio engendrada para o governo buscar essas alternativas contábeis, digamos assim, para conseguir cumprir as suas metas fiscais. [...] É ruim que tentativas de excluir coisas da meta fiscal sejam utilizadas com tanta frequência", diz ele, que é responsável pela análise de contas públicas na consultoria.

A situação é ainda pior, segundo o economista, porque ocorre "sem contrapartida no cenário geral das contas públicas que indique melhoras": "A partir do momento em que o governo passa sempre a tentar apelar para exceções, a meta deixa de fazer sentido e a própria credibilidade da regra fiscal deixa de fazer sentido".

Com tom mais crítico, o economista Raul Velloso, presidente do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), vê o pacote de ajuda às empresas brasileiras como "mais uma bomba" que o governo terá que administrar, em suas contas públicas, em horizonte de médio e de longo prazos.

Do plano, o especialista citou o montante de R\$ 30 bilhões do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Mesmo retirado de limite

"É ruim que tentativas de excluir coisas da meta fiscal sejam utilizadas com tanta frequência" João Leme

de gastos e de meta fiscal, na sua leitura esses recursos terão algum tipo de impacto para elevar dívida pública.

Além disso, o especialista pondera não ser impossível que outros segmentos, não contemplados em um primeiro momento pelo governo nesse pacote de

ajuda, possam se sentir, de alguma forma, lesados por nova política de tarifas do governo americano, e também pedir compensações. Ou seja: a situação do pacote abre espaço para outros ramos da atividade econômica brasileira também pedirem subsídios, nos próximos meses.

Raul Velloso diz que não é contra destinar recursos públicos para ajudar as companhias brasileiras neste momento. "Não estou dizendo que não deve ter dinheiro público. Com certa medida, você tem que ser realista", diz. No entanto, acredita que deveria ter sido feito algo que não impactasse tanto as contas públicas; e que não deixasse espaço para que outras companhias possam, também, pedir novos subsídios ao governo.

O economista-chefe da corretora BGC Liquidez, Felipe Tavares, estimou que "caso os R\$ 9,5 bilhões não sejam retirados do [resultado] primário, o déficit chegará a R\$ 94,2 bilhões (0,86% do **PIB**) em 2025." Antes do anúncio, a projeção era de um déficit de R\$ 84,7 bilhões, ou 0,77% do **PIB**.

Neste contexto, o economista-chefe do MB Associados, Sérgio Vale, destaca a importância de atenção a prazos e empresas que serão beneficiadas com o plano de contingência, para que o programa não se tome perene, o que pode comprometer o equilíbrio fiscal: "Em situações de crise como essa do "tarifaço", faz parte da política fiscal esse tipo de ajuda, que realmente deve ser temporário", diz.

A economista-chefe e CEO da Buysidebrazil, Andréa Bastos Da-mico, classifica como "adequadas e razoáveis" as medidas anunciadas pelo governo. Sua avaliação, porém, é que os recursos deveriam ser contabilizados dentro da meta fiscal.

Para a Buysidebrazil, o impacto previsto para os dois anos, mesmo fora da meta, deve ter efeito limitado na trajetória da dívida e não deve alterar significativamente o cenário fiscal. "Embora tenha uma piora marginal da nossa percepção acerca do qualitativo do fiscal", disse a consultoria

O economista e consultor de planejamento estratégico Thia-go de Moraes Moreira defende que as análises sobre o custo fiscal do plano de contingência ao tarifaço devem levar em consideração as perdas de receita que seriam registradas na falta dessas medidas.

"Sempre aparece essa questão fiscal. Não me parece ser algo extremamente relevante [em termos de impacto]. O ponto é que, caso o governo não fizesse nada e deixasse empresas fecharem, perderia mais receita do que esse gasto adicional com os incentivos

e subsídios. Essa é a dimensão que muitos do mercado financeiro não consideram", diz Moreira, que é professor no Ib-mec e na ESPM.

A economista-chefe da 4intel-ligence, Thaís Zara, vê o plano de contingência como uma resposta positiva para atenuar consequências dos 50% de taxas sobre os produtos brasileiros, ainda que os valores anunciados sejam relativamente modestos.

Por outro lado, a exclusão das despesas da meta fiscal não é uma boa alternativa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188296?page=1§ion=1>

Inflação na Argentina vai a 1,9% em julho, mas satisfaz governo Milei

A **inflação** na Argentina em julho teve alta maior que a registrada nos dois meses anteriores, mas continuou abaixo do limite psicológico de 2% mesmo em um cenário em que o valor do dólar ante o peso atingiu níveis recordes após mudanças no regime cambial do país, que agora opera em bandas.

Os preços em julho cresceram 1,9% na comparação com o mês anterior, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses, a **inflação** argentina teve alta de 36,6%, marcando 15 meses consecutivos de desaceleração em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os resultados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Inlec) estão ligeiramente acima dos previstos pela pesquisa Levantamento de Expectativas de Mercado (REM, na sigla em espanhol), que projetou alta de 1,8% para o mês. A pesquisa é feita com agentes e operadores do mercado argentino.

O governo do presidente Javier Milei, em campanha para as eleições legislativas de outubro, comemorou discretamente o índice registrado em julho.

"Havia o temor de que a **inflação** voltasse a ficar acima de 2%, e a verdade é que não ter rompido esse teto é muito significativo para o contexto macroeconômico do país", disse José Lezama, diretor do Instituto Geo de Pesquisa econômica. "Há um fator sazonal no aumento dos preços, pelo menos durante o mês de julho, quando se paga parte do décimo terceiro salário. Isso injeta pesos na economia e, em geral, quando na Argentina sobra um pouco mais de pesos para as famílias, recorre-se a uma reserva de valor como o dólar, o que gera pressão sobre os preços."

Os efeitos sazonais dos preços junto ao da turbulência política na Argentina fizeram com que em julho o dólar se valorizasse 14% no período, a maior alta desde a mudança no regime cambial argentino, chegando a ser negociado a 1.380 pesos no final do mês - perto do teto da banda de flutuação livre, de 1.400 pesos. Apesar disso, a economia do país parece não ter sentido tanto os impactos da alta.

"Acho importante que [a **inflação** mensal] não tenha atingido 2% em um mês em que o dólar subiu com muita força (10 vezes o que subiu o índice)", disse Eric

Paniagua, economista da consultoria EPyCA. "O dado confirma uma tendência contínua de moderação inflacionária, embora ainda em níveis altos para os padrões regionais."

Segundo Lezama, o governo está conseguindo regular o mercado cambial através do aumento das taxas de juros.

Em meio a este cenário, o núcleo da **inflação**, que exclui preços voláteis como alimentos e energia, subiu 1,5% em julho, o mais baixo desde janeiro de 2018, segundo Paniagua. "O resultado reforça a expectativa de uma desaceleração sustentada da **inflação**", disse o economista.

O desempenho da economia argentina nos próximos meses será essencial para que Milei amplie sua base no Congresso em outubro para aprovar pautas consideradas vitais para seu projeto econômico.

"É altamente provável que, em agosto, continuemos com **inflação** em torno de 1,9% a 1,8%, mas, depois disso, é muito provável que o governo chegue em dezembro com uma **inflação** semelhante à de junho, ou seja, em torno de 1,6%. Se isso acontecer, seguramente será possível alcançar o objetivo de chegar a quase 1% até o final do ano", disse Lezama.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1§ion=1>

Juros longos sobem com pacote de ajuda contra o "tarifaço"

Gabriel Caldeira, ArthurCagliari, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinete Gabriel Roca

Após uma valorização firme dos ativos domésticos na sessão de terça-feira, o pregão de ontem foi marcado por um ajuste de posições e uma postura mais cautelosa dos agentes financeiros. Enquanto o dólar exibiu ligeira alta, retomando o patamar dos R\$ 5,40, o Ibovespa recuou e os juros futuros registraram um movimento de inclinação, à medida que as taxas de longo prazo subiram com investidores demonstrando sensibilidade aos impactos fiscais relacionados ao pacote do governo destinado a mitigar os efeitos do "tarifaço".

O dólar terminou o dia em alta de 0,27%, negociado a R\$ 5,4002 no segmento à vista, ao passo que o Ibovespa caiu 0,89%, a 136.867 pontos.

Em meio ao cenário de tensão nas relações bilaterais entre Estados Unidos e Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a medida provisória (MP) do plano de contingência - chamada de MP do "Brasil Soberano" - que estabelece uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões destinada às empresas mais prejudicadas pelas tarifas de Trump.

Ainda que a resposta do governo para amenizar os efeitos das tarifas na economia fosse amplamente esperada pelo mercado, chamou a atenção que parte do programa - aproximadamente R\$ 9,5 bilhões - ficará fora da meta fiscal.

No pacote anunciado para conter os efeitos do tarifaço imposto pelos Estados Unidos, o governo incluiu mecanismos para proteger exportadores contra riscos como inadimplência e cancelamento de contratos. "A estratégia amplia o uso de recursos de fundos garantidores federais, com divisão do risco entre União e setor privado, e prevê linhas de crédito condicionadas à manutenção de empregos, com prioridade para pequenas e médias empresas. Segundo o Ministério da Fazenda, os aportes nos fundos e o crédito tributário do Reintegra, que somam R\$ 9,5 bilhões, ficarão fora da meta fiscal", apontam os profissionais da XP Investimentos, em nota enviada a clientes.

O debate voltou a trazer desconforto aos negócios ontem e contribuiu para uma elevação dos juros

futuros de longo prazo, que são mais sensíveis à percepção de risco fiscal do mercado. Vale apontar que as taxas longas subiram mesmo com os novos sinais de arrefecimento da atividade econômica, capturados nos dados de vendas no varejo divulgados pelo IBGE.

"O mercado está sinalizando que isso é ruim por meio do movimento da curva de juros. A questão é saber o tamanho do impacto fiscal", pondera Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos. Ele destaca, em particular, o uso de fundos públicos no pacote de medidas, o que repete uma prática recente do governo com o fim de manter a economia aquecida. Além disso, o economista vê como muito negativa a possibilidade de que os aportes do programa nomeado "Brasil Soberano" sejam retirados da meta fiscal de 2025 - de déficit primário zero, com banda de tolerância de 0,25 ponto percentual.

Segundo Barros, a dinâmica recente de enfraquecimento global do dólar apaziguou os mercados domésticos em 2025 por meio de uma **inflação** mais contida, mas a tendência é que o movimento de inclinação da curva de juros futuros se aprofunde no curto prazo - tanto pela expectativa de uma Selic menor, o que tende a ancorar as taxas curtas, quanto pelo avanço do prêmio de risco nos juros longos.

"A **inflação** mais baixa deve afetar a leitura do mercado sobre o ciclo eleitoral de 2026. Esse quadro econômico melhora a popularidade do governo, o que pode ter um efeito negativo nos preços dos ativos", explica o economista da ARX.

Além disso, do ponto de vista da atividade econômica, a desaceleração recente deve ser parcialmente revertida no curto prazo, à medida que o governo empenha os recursos do Orçamento de 2025 no segundo semestre. Vale lembrar que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apenas em abril, o que significa que o governo repassou poucos recursos aos ministérios durante todo o primeiro trimestre.

"Houve uma subexecução do Orçamento no primeiro semestre e teremos, agora, uma superexecução que deveria reverter pelo menos parcialmente essa

desaceleração da atividade", aponta Leal de Barros. Apesar disso, a curtíssimo prazo, a ARX ainda aposta na melhora do quadro inflacionário e, por isso, mantém posições que apostam na queda dos juros nominais de médio prazo.

"Para o ano que vem é outra história, porque esse movimento vai se exaurir sem o vento favorável do dólar fraco", alerta o economista. Segundo ele, o desempenho dos vértices intermediários e longos da curva de juros futuros vai depender bastante do "apetite" do governo por medidas para estimular a economia em 2026.

O Barclays tem leitura semelhante para os ativos brasileiros. Segundo os profissionais do banco inglês, o real se beneficiou do movimento de enfraquecimento global do dólar, que permitiu uma interrupção na "espiral negativa" enfrentada pelos ativos domésticos no fim de 2024.

A instituição também nota que o fator eleições deu suporte aos ativos. "O barulho fiscal parece ter sido compensado pelas perspectivas de uma mudança no regime econômico e pela visão de que isso pode, em última instância, levar a reformas fiscais que ajudem a estabilizar a relação dívida/**PIB**", afirmam Andréa Kiguel, Roberto Secemski e Erick Martinez, em relatório enviado a clientes.

Apesar de beneficiar os ativos neste ano, a dinâmica pode não se estender no ano que vem, à medida que a eleição for se aproximando. "Acreditamos que a sensibilidade a fatores negativos aumentará, essa âncora se enfraquecerá, e isso terá impacto especialmente sobre os juros", dizem. "Achamos que o dólar frente ao real deve continuar se movendo de acordo com o ambiente externo, embora seu desempenho relativo também seja afetado", dizem.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1§ion=1)**

Simples pode ficar impagável, alerta empresário

» LUIZ FELLIPE ALVES*

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Júnior, falou ao CB.Poder - parceria do Correio com a TV Brasília - de ontem sobre o encontro nacional promovido pela entidade para agentes do setor. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Jaqueline Fonseca, ele também abordou a **reforma tributária** e outras medidas que visam melhorar as condições de empreendedores do ramo, além de iniciativas que estão sendo adotadas para englobar mais empresas no serviço de delivery.

O Congresso da Abrasel - que termina hoje - reúne os principais players e oferece painéis e debates sobre bares restaurantes de todo o Brasil. O presidente da associação afirmou que o evento é de grande importância para o setor, que está passando por transformações. "Os restaurantes estão mais tecnológicos do que muitas empresas. Até para operar um forno é integrado a um sistema de computador. A ideia do congresso é oferecer e promover essas trocas de saberes para contribuir com o conhecimento coletivo" afirmou.

O presidente da associação também destacou conquistas dos últimos anos, tais como o desconto de 40% na alíquota, retirada de **tributos** de gorjeta e delivery - que não eram administrados pela associação. "Estamos esperançosos com essas mudanças. Vivemos de uma forma muito incerta, as regras não possuem estabilidade", explicou.

Outro conceito comentado durante a entrevista foi o Simples, que, conforme Solmucci, precisa ser adequado para evitar cobranças tributárias mais altas. "Temos mais de um milhão de empresas que operam dentro do Simples. Se elas crescerem um pouquinho, o imposto fica impagável. Queremos trabalhar em uma solução para permitir que essas empresas cresçam", enfatizou. Essa taxa de operação do Simples não é ajustada há nove anos, o que, segundo Solmucci, apresenta riscos para o desenvolvimento do setor.

Delivery Uma das novas configurações do setor é a opção de delivery, que se consolidou durante a pandemia. Um dos problemas dessa alternativa é o que Solmucci define como quase monopólio de um único player. "É uma participação muito grande de

uma única empresa.

Fizemos algumas ações para acabar com essa exclusividade, fizemos uma linguagem mais simples para facilitar a entrada de novas empresas", destacou.

Segundo ele, essa medida apresenta resultados positivos, com empresas de diferentes partes do mundo se interessando em quebrar o monopólio. "Estamos voltando a ter uma concorrência muito saudável. Por exemplo, temos duas marcas chinesas que estão chegando e também outras marcas que estão investindo na diminuição de taxas para atrair clientes" complementou.

O avanço em relação aos deliveries prioriza um serviço melhor para os clientes. Para Solmucci, as taxas de entrega são os principais empecilhos para melhorar os serviços. "Atualmente, para receber em casa, você paga cerca de 20% a 30% de taxa. Para mudar isso, os restaurantes estão assinando um contrato para cobrar um preço mais justo do alimento, para compensar as altas taxas" detalhou.

Gorjeta Durante a entrevista, Paulo Solmucci Júnior também falou sobre os diferentes valores de gorjeta que são cobrados pelos restaurantes. Ele assinalou que o valor é opcional. "Sabemos que há uma pressão psicológica para pagar. Somos um mercado livre e pode ser feita essa cobrança em diferentes valores. Os maiores valores são encontrados em estabelecimentos que estão fora do simples".

O dirigente também apontou projetos para regulamentar o valor cobrado. "Estamos discutindo para retomar esse assunto e colocar a lei em vigor", concluiu.

* Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

Site: <https://flip.correiobrasiliense.com.br/>

O socorro às vítimas do tarifaço - CELSO MING

CELSO MING

Celso Ming COMENTARISTA DE ECONOMIA

Embora inevitável, o pacote de compensação às empresas prejudicadas pelo tarifaço, da ordem de R\$ 30 bilhões em crédito e outros benefícios, envolve grande complexidade e sua operação pode produzir distorções.

Iniciativa como esta precisa ser entendida como paliativo.

É analgésico contra a dor; não cura braço quebrado. A melhor política contra este tarifaço consiste em negociar tarifas mais baixas, diversificar exportações e tratar de conseguir novos acordos comerciais.

A paulada desferida pelo presidente Donald Trump não atingiu por igual exportadores e fornecedores de exportadores.

Mesmo dentro de cada setor, como o de calçados ou de móveis de madeira, o impacto foi assimétrico, de acordo com a dependência de cada qual das exportações para os Estados Unidos. Distribuir compensações exigirá a adoção de critérios também desiguais ou influenciados pelo poder de lobby de cada uma delas.

Ninguém sabe quanto tempo durarão essas megatarifas.

Pode acontecer que sejam até mesmo aumentadas, como já ocorreu também no caso do Brasil ou da Índia, por questões que nada têm a ver com comércio exterior. A possível decretação da prisão do ex-presidente Bolsonaro, em setembro, ou o avanço da campanha eleitoral no Brasil, por exemplo, poderão ser usados como motivos para mais castigos às empresas brasileiras. Nesse caso, os benefícios compensatórios também teriam de ser reforçados?

Em que proporção?

A proposta de que os créditos especiais, com juros favorecidos, já previstos, exijam contrapartidas - como compromissos das empresas de não dispensar mão de obra-, pode ser outro complicador. Muitos exportadores operam com trabalho temporário ou

terceirizado. Para outros setores, como a cafeicultura e a cultura de cana-de-açúcar, falta pessoal. A administração dessas diferenças fica sujeita a contrariedades políticas.

E não tem cabimento afirmar que um pacote assim não produza impacto fiscal relevante.

Se os juros são subsidiados, o Tesouro terá de comparecer com o pagamento da diferença.

O pacote incluirá, ainda, adiamento ou parcelamento no recolhimento de **impostos** (diferimento).

Ou seja, embutirá novos Refis explícitos ou disfarçados.

Alguém lá do Tesouro fez os cálculos do que custará isso para o contribuinte brasileiro?

Dívida em rápida expansão, juros muito altos e baixo nível de investimento são demonstrações de que a economia está desarrumada.

É um carro com amortecedores e freios avariados, sujeito a trombada por qualquer fator desestabilizador. Seria bem outra a situação da economia brasileira se as contas públicas estivessem nos trinques e as reformas, encaminhadas.

Esse socorro tem lá suas justificativas.

Mas, a longo prazo, o Brasil tem de se preparar para o prolongamento dessa guerra comercial sem pé nem cabeça.

E isso passa pelo aumento da competitividade da empresa brasileira, e não pelo aumento do protecionismo interno. I

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
O socorro às vítimas do tarifaço

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em anúncio de medidas, Lula pede pressa para Congresso votar proposta

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA | COLABORARAM FLÁVIA SAID, GIORDANNA NEVES E GABRIEL DE SOUSA

BRASÍLIA Uma semana depois de o tarifaço imposto pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros entrar em vigor, o governo apresentou ontem um programa de contingência para socorrer empresas atingidas pela medida.

Na solenidade de assinatura da medida provisória (MP) que cria o plano Brasil Soberano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que o Congresso vote "rápido" a proposta.

"Quanto mais rápido votarem, mais rápido afetados serão beneficiados", disse Lula ao lado dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). "Estamos passando a bola para o time da Câmara e do Senado." Entre as propostas da MP, estão uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões, aporte em fundos garantidores, aumento de compras governamentais, adiamento de pagamento de **impostos** e a reforma do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) (mais informações em quadro nesta página).

Lula afirmou que não é intenção do Brasil no momento aplicar medidas de reciprocidade tarifária aos EUA. "Meu time de negociador está aqui.

Não estamos anunciando reciprocidade, não queremos fazer nada que justifique piorar a nossa relação", afirmou.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Na solenidade, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou que o governo vai levar o Reintegra para grandes empresas que exportam para os EUA, dando crédito tributário de 3%, e ampliando para 6% o percentual para as pequenas.

"O Reintegra está sendo estendido a todas as empresas que exportarem para os EUA." O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que dois focos do governo são o crédito com juros mais baixos, garantido pelo Fundo de Garantia à Exportação, e também mais condições para conceder seguros à exportação.

Além disso, disse Haddad, "as compras

governamentais estão sendo flexibilizadas, para que a União possa adquirir produtos que iriam para outros destinos e agora vão para políticas públicas".

EMPREGO. O secretário de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello, declarou que a pasta vai exigir a manutenção de empregos para beneficiar empresas com o Brasil Soberano. "Teremos o cuidado de exigir das empresas a manutenção dos empregos, mas olhando para a realidade de cada uma", disse Mello.

**

Alcolumbre diz não conhecer teor da MP; Motta defende texto

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil- AP), afirmou ontem não ter conversado com o governo sobre apoio à medida provisória Brasil Soberano.

"O conjunto dos senadores e dos deputados não tem conhecimento do teor. A nossa presença, minha e do presidente (da Câmara) Hugo Motta, foi apenas para participar de um ato que é relevante em defesa dos empregos e das empresas brasileiras." Já o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou na rede social X que "há causas que devem transcender as preferências partidárias ou ideológicas".

I PEPITA ORTEGA, VICTOR OHANA E NAOMI MATSUI/BRASÍLIA

ANTITARIFA

Entenda cada um dos pontos do pacote

I Linha de crédito

O governo anunciou a criação de uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões com juros mais baixos, garantida pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o FGE "passa a contar com recursos liberados para financiar a custo baixo os setores afetados pelo

tarifaço". O governo, porém, ainda não detalhou a medida.

I Seguro

Segundo Haddad, a medida tem dois objetivos: conceder crédito com juros mais baixos e também aumentar as condições para assegurar apólices a exportadores. Ambas as operações terão a garantia do FGE. Serão realizados aportes adicionais de R\$ 1,5 bilhão, no Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), de R\$ 2 bilhões, no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão, no Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

I Adiamento de **impostos** A **Receita Federal** foi autorizada a adiar por dois meses a cobrança de **impostos** para as empresas mais afetadas.

I Reintegra

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que o Reintegra - programa fiscal que devolve parte dos **tributos** pagos na cadeia produtiva de bens exportados - será estendido para todas as empresas que enviam itens para os EUA. Antes, o benefício atendia micro e pequenas empresas. Agora, o crédito de tributário será de 3% para grandes companhias e de 6% para pequenas instituições.

I Drawback

Ainda de acordo com Alckmin, o drawback - mecanismo criado para estimular as exportações, que oferece a suspensão ou isenção de **impostos** na importação de insumos que serão utilizados na produção de itens que serão montados no Brasil e depois exportados - será prorrogado por um ano.

I Compra de produtos perecíveis

Haddad anunciou que as compras governamentais serão flexibilizadas para que a União adquira produtos perecíveis que seriam exportados para os EUA e estão parados nos portos desde o anúncio do tarifaço. "Produtos perecíveis para merenda escolar, não só pescado, mas qualquer produto, vamos conseguir adquirir e colocar nos programas", disse o ministro da Fazenda.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A resposta econômica - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O difícil equilíbrio que o governo buscou na resposta à crise provocada pelo tarifaço foi adotar medidas que efetivamente ajudassem o exportador afetado, mas que tivessem baixo impacto fiscal. Havia outro desafio que o governo se impôs, o de deixar alguma herança em mudanças estruturais. Para isso, reformou o sistema de financiamento à exportação, tornando-o mais ágil e capaz de chegar às empresas pequenas. Estabeleceu prazos para que o subsídio não se eternize, como sempre acontece.

O tripé, que antecipei ontem no meu blog, de apoio ao exportador é crédito, impostos e compras governamentais. Os fundos de exportação receberão aportes, porém mais importantes serão as mudanças na estrutura dos fundos, se elas funcionarem. O que o governo promete é fazer chegar esse dinheiro às micro e pequenas empresas também, e não apenas às grandes. Para dar uma ideia do desafio, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que as micro e pequenas empresas respondem por apenas 1% do acesso ao crédito à exportação. Na Índia e na Coreia chega a 40%, na Itália, 30%. "No Brasil, o sistema não colabora". A mudança é bem-vinda, caso atinja o objetivo.

O Reintegra é um programa controverso. Ele se propõe a ser uma forma de o governo retirar tributos que tenham permanecido no produto exportado. Muitas vezes serviu como um disfarçado subsídio à exportação. Sair de 0,1% para 3% do valor exportado para as grandes empresas, e de até 6% para as pequenas, pode ter um custo alto. Ele terá validade até o fim de 2026. O diferimento dos impostos, ou seja, o adiamento do pagamento, será por apenas dois meses e tem custo bem residual, apesar de dar um fôlego imediato às empresas afetadas. O novo prazo para o drawback também parece uma boa medida: o exportador terá um ano para usar o crédito dos impostos pagos na importação de insumos.

Entrevistei na Globo News o ex-secretário do Tesouro, Bruno Funchal, atualmente diretor-presidente da Bradesco Asset, e perguntei sobre a necessidade dessas medidas de resgate e os cuidados que o governo deve ter. Ele não teve dúvidas em afirmar que as iniciativas são necessárias, só é preciso ter prazo para terminar.

- É óbvio que aconteceu o imprevisível e afetou a economia. Para alguns setores, o impacto é

significativo. Então ter algum tipo de ajuda temporária faz sentido. Isso inclui postergação de impostos, crédito, medidas para

sustentar o emprego. O pacote faz sentido. Mas o maior desafio é saber quando termina, para que o benefício não se propague indefinidamente, como aconteceu lá atrás com algumas medidas da pandemia.

Funchal sustenta o que tem sido dito por outros economistas: do ponto de vista macro, o impacto não é grande no Brasil. Uma perda de 0,2% do **PIB**, uma queda de exportação de US\$ 6 bilhões. Antes das exceções, o cálculo era de US\$ 12 bilhões. E um efeito baixista na inflação. Ela tenderá a desacelerar mais do que já estava caindo. Na economia americana, contudo, o efeito da alta taxa de contra o mundo já está sendo sentido.

-Antes do tarifaço, o núcleo da inflação americana estava convergindo mais ou menos para a meta, que é de 2%. A gente vê agora uma volta, se aproximando dos 4%. Um impacto relevante em preço e uma criação menor de empregos. A expectativa de geração de emprego era muito maior do que aconteceu -disse Bruno Funchal.

A tarifa média dos EUA era de 2,4%, hoje é 17%. O número representa um retrocesso de quase um século na história do comércio internacional norte-americano. Mais do que isso, o país se colocou num enorme isolamento. Os Estados Unidos pagarão um preço.

Em relação ao Brasil, a escalada dos absurdos cometidos por eles continua. Relatório de direitos humanos mentiroso, perseguição a funcionários públicos, imposição da maior tarifa do mundo. Uma situação "inusitada", como disse ontem o ministro Fernando Haddad.

-O Brasil é um país que está sendo sancionado por ser mais democrático do que o seu agressor -disse o ministro.

O pacote de ontem foi a resposta necessária e urgente na economia. Mas a diplomacia não pode descansar. Em algum momento haverá uma brecha racional. O Brasil tem que ter um cardápio de propostas a oferecer quando houver negociação sobre comércio. Como disse ontem na coletiva o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Márcio Elias Rosa, "a soberania nunca esteve sobre a mesa e nunca estará".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Auditor preso na Operação Ícaro pode fazer delação premiada

O auditor Artur Gomes da Silva Neto, preso na ação do Ministério Público (MP) de São Paulo que investiga um bilionário esquema fraudulento de antecipação de créditos de ICMS, mostrou disposição de fechar um acordo de delação premiada, diante da quantidade de provas encontradas contra ele nas investigações da Operação Ícaro.

Os promotores lembram que, para obter o benefício da redução de pena, o auditor terá que apresentar novas provas ou fatos mostrando a participação de outras empresas. O MP ouviu o auditor ontem à tarde, na presença de seus advogados.

Além de Silva Neto, que é funcionário da Secretaria Estadual da Fazenda de São Paulo, outras cinco pessoas foram presas na operação: o empresário Sidney Oliveira, fundador e dono da Ultrafarma; Mário Otávio Gomes, diretor estatutário da Fast Shop; Marcelo de Almeida Gouveia, também auditor fiscal; Celso Eder Gonzaga de Araújo e sua mulher Tatiane Araújo, ambos suspeitos de lavar o dinheiro do esquema.

Em audiência de custódia realizada ontem, a Justiça manteve as prisões de Sidney Oliveira e Mário Otávio Gomes. As prisões são temporárias, com prazo de cinco dias.

MAIS DESDOBRAMENTOS

O MP considera que a rede de contatos de Silva Neto é peça fundamental nos próximos passos da investigação. Os promotores buscam no material apreendido nomes de empresas ou de pessoas para saber se houve oferta de benefícios fraudulentos a outras companhias. A expectativa é de desdobramentos da Operação Ícaro nas próximas semanas.

Os promotores já identificaram contatos do auditor com a rede de lojas de conveniência Oxxo e com a Rede 28, de postos de combustíveis. Eles também citam nos autos a Kalun-ga e a Allmix Distribuidora.

Sobre a Oxxo, os promotores afirmam que o contato foi Agnaldo de Campos, contador da Smart Tax, empresa de fachada usada para lavar o dinheiro da propina.

'Agnaldo age como 'testa de ferro' de Artur nas negociações da Smart Tax com outras pessoas jurídicas. E o responsável por conduzir as negociações, sempre cientificando Artur sobre elas, como se verifica pelos e-mails indicados às folhas 46/47, que tratam de contrato com o 'Grupo Nos (dono da rede de supermercados Oxxo)', diz o documento.

Já em relação à Rede 28, Silva Neto era auxiliado por um ex-agente fiscal de rendas de São Paulo identificado como Alberto Murakami.

"A análise da quebra tele-mática demonstrou que o ex-fiscal Alberto Murakami participa do esquema de corrupção, facilitando o ressarcimento de créditos de ICMS para as empresas Ultrafarma e Rede 28", diz o MP.

O Grupo Nós, que controla a Oxxo, informou que não foi notificado. A Rede 28 não comentou. Nenhuma dessas empresas foi alvo de busca e apreensão.

No caso da Fast Shop, os promotores citam um e-mail recebido pelo diretor estatutário da empresa, Mario Otávio Gomes, em que consta que a empresa compensou mais de R\$ 8 bilhões em **tributos**. Os promotores descobriram que a empresa pagou R\$ 204 milhões, entre 2022 e 2023, para ser beneficiada. O contrato entre a Fast Shop e a Smart Tax leva a assinatura digital de Júlio Kakumoto, que é da família controladora da Fast Shop.

No caso da Ultrafarma, só em 2024 foram encontrados 174 e-mails na caixa de entrada do auditor Silva Neto tratando de benefícios fiscais que o funcionário público vinha concedendo à empresa. Os valores, entretanto, não foram totalmente apurados.

Os promotores citam que as companhias beneficiadas pelo esquema tiveram o "ressarcimento de centenas de milhões de reais em créditos de ICMS", mas o valor exato ainda está em apuração. Estima-se que o Estado de São Paulo tenha créditos de ICMS acumulados que ficam entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões. Mas um levantamento de 2023 da Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), com 300 empresas, mostrou que o volume pode chegar a R\$ 40 bilhões.

Com base no valor de R\$ 1 bilhão em propinas recebidas pelo auditor preso, divulgado pelo MP,

advogados tributaristas consultados pelo GLOBO estimam que o valor embolsado pelas duas companhias poderia chegar a R\$ 10 bilhões, nos últimos três anos.

SIDNEY OLIVEIRA ALGEMADO

O MP diz que o esquema fraudulento em São Paulo existia desde 2021, mas está investigando se as fraudes começaram antes.

Na audiência de custódia realizada ontem, o juiz determinou que Sidney Oliveira, o dono da Ultrafarma, permanecesse algemado.

- O delegado de polícia responsável pelo local informou não ser possível deixá-lo sem algemas durante a audiência, o que geraria risco à integridade física do próprio custodiado e das demais pessoas que se encontram na unidade policial, especialmente em razão da necessidade de que fique sozinho na sala durante a oitiva. Por esse motivo o autuado permaneceu algemado -afirmou o juiz Alex Freitas Lima, da 44ª Circunscrição Judiciária.

Após negar o pedido de liberdade, o juiz determinou que Oliveira possa receber atendimento médico enquanto durar a prisão.

- O custodiado relatou fazer tratamento de saúde contínuo, sendo assim, co-munique-se à unidade prisional para que forneça tratamento de saúde adequado para todas as enfermidades noticiadas pelo custodiado -determinou o juiz.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo retira pacote de ajuda a empresas da meta fiscal

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu de última hora retirar da meta de resultado primário o aporte da União no âmbito do pacote de apoio às empresas atingidas pelo tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos ao Brasil. A equipe econômica anunciou que R\$ 9,5 bilhões ficarão excluídos da meta de resultado primário deste ano, de déficit zero.

O anúncio surpreendeu porque o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira (12) que não haveria pedido para que o montante necessário, que será aberto via crédito extraordinário, fosse excluído da meta fiscal.

A maior parte dos pontos do pacote, como quais empresas poderão ser beneficiadas, como funcionará a condicionante de manutenção dos empregos aos beneficiários pelas linhas de crédito, bem como as taxas de juros que serão cobradas, ainda está pendente de regulação.

A medida provisória com as linhas gerais do pacote foi publicada no início da tarde. Haddad disse que o pacote é a primeira medida, mas pode não ser a única.

Em entrevista coletiva, o secretário-executivo da Fazenda, Da-rio Durigan, explicou que a decisão foi tomada entre a noite de terça e a manhã de quarta, já que o governo incorporou no pacote o Novo Reintegra, que permitirá uma desoneração maior às empresas exportadoras. Somente esse programa gerará uma renúncia de arrecadação de R\$ 5 bilhões, que será somada ao aporte de R\$ 4,5 bilhões que o Tesouro fará nos fundos que vão subsidiar as exportações.

O governo tinha espaço para absorver, dentro da meta fiscal, até R\$ 4,7 bilhões, montante aberto após a última revisão do orçamento, no relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em julho. Segundo Durigan, tomou-se a decisão de solicitar o vwaiver após a decisão de incluir o Reintegra. Ele disse que a decisão foi bem recebida pelos presidentes da Câmara e do Senado: Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP).

O novo arcabouço fiscal prevê que despesas via crédito extraordinário ficam fora do limite de gastos, mas dentro da meta fiscal. Para retirar da meta, é necessária uma autorização legislativa ou uma

permissão do Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta quarta-feira, integrantes do governo explicaram que iriam enviar um projeto de lei complementar ao Congresso com o pedido de waiver. Mas a missão foi terceirizada para o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

No Reintegra, grandes e médias empresas terão até 3,1 % de alíquota para o ressarcimento dos **tributos**, enquanto micro e pequenas, até 6%. O montante de R\$ 5 bilhões é, por ora, o máximo a ser consumido até o final de 2026.

O pacote do governo ainda prevê um diferimento de **tributos** federais pelos próximos dois meses, mas que terão de ser quitados até dezembro para não haver impactos fiscais este ano, segundo Durigan, ao destacar que isso será feito de "maneira muito conservadora". Segundo o texto da MP, a autorização ainda será detalhada por ato da Fazenda.

Houve ainda a confirmação de linhas de crédito de até R\$ 30 bilhões com recursos de superávit do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), mas as taxas de juros serão definidas em ato posterior, em reunião extraordinário do Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião que deve ocorrer até o início da próxima semana.

Logo após essa deliberação, segundo o governo, os bancos, principal mente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil, já terão condições para iniciar a oferta de crédito.

De acordo com o governo, serão priorizadas as empresas mais afetadas pelo tarifaço, incluindo pequenas e médias. Para fortalecer os fundos, os aportes do Tesouro foram divididos em: R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE); R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES; e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil.

Há, ainda, uma medida de manutenção do emprego, que não foi detalhada - também será regulamentada por ato posterior. Na apresentação, o governo explicou, sem detalhes, que o acesso às linhas de crédito estará condicionado a não demitir. Ainda nesta semana, Haddad havia dito que haverá "flexibilidade"

nessa medida, já que cada setor tem a sua peculiaridade.

Foi anunciado somente que, para essa medida, o governo criará a Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego para monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias. "O ministério buscará intermediar empresas, sindicatos, grupos de empresas, setores econômicos, mais centrais, para estabelecer, a partir daí, quais as contrapartidas", explicou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Esses dados serão consolidados em acordos coletivos. Os efeitos do tarifaço nas cerca de 10 mil empresas afetadas são diferentes, disse o ministro. Elas empregam perto de 2 milhões de trabalhadores.

Houve ainda a prorrogação, por um ano, no prazo para que as empresas consigam exportar suas mercadorias que tiveram in-sumos beneficiados pelo regime, no âmbito do drawback. Na prática, como algumas empresas já realizaram importações no âmbito do regime, mas estão com dificuldade de exportarem razão do tarifaço, o tributo desonerado teria de ser quitado. Agora, a empresa terá mais um ano para realocar o insumo, seja no mercado americano ou a outro país.

O pacote também prevê que a União, Estados e municípios poderão fazer compras governamentais, por até 180 dias, para seus programas de alimentação, como merenda escolar e hospitais, de forma a dar um alívio às empresas atingidas pelo tarifaço, principal mente as que produzem alimentos perecíveis.

Há, ainda, uma "modernização do sistema de exportação", com instrumentos que visam proteger os exportadores de riscos oriundos de inadimplência ou cancelamento de contratos. Segundo o governo, será permitido, agora, que bancos e seguradoras utilizem garantias nas operações de exportação, com compartilhamento de risco entre governo e setor privado.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1§ion=1)**

Uso do FGE para crédito é visto com ressalvas

A criação de uma linha de crédito específica para empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros é considerada positiva, mas a utilização do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) como fonte de recursos para a linha de crédito anunciada pelo governo é vista com ressalvas.

A Medida Provisória (MP) publicada nesta quarta-feira (13) prevê uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões, com recursos do FGE, para empresas mais afetadas pela taxaço e condicionada à manutenção de empregos.

Para o consultor estratégico e ex-diretor da área de exportações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Ricardo Ramos faria mais sentido ampliar as garantias do fundo do que utilizá-lo como fonte de recursos para crédito, como anunciou o governo.

"Cálculos indicam que quando você dá o financiamento, há uma alavancagem menor. Quando você dá a garantia, é possível atrair mais empréstimos com o mesmo recurso", diz. O ex-diretor do BNDES cita como exemplo o FGI PEAC, programa emergencial de crédito para pequenas e médias empresas lançado na pandemia.

Criado em 1999, o FGE garante o pagamento de dívidas de importadores estrangeiros para empresas brasileiras que vendem produtos ou serviços para o exterior. Na segunda, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse à GloboNews, que o pacote de contingência incluirá uma "reforma estrutural" do FGE.

O Fundo tem superávit em torno de R\$ 50 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 51,4 bilhões, segundo dados de junho informados pelo BNDES. A ideia, segundo técnicos da equipe econômica, é que parte do superávit seja destinada para financiamento com "taxas competitivas" assim como foi feito com o Fundo Social do pré-sal, utilizado para socorrer empresas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, no ano passado. A linha emergencial para a tragédia teve três modalidades de crédito, com taxas de 1 % a 4% ao ano mais spread bancário, e foi operada pelo BNDES.

As linhas para o tarifaço ainda não foram detalhadas,

o que deve ocorrer após uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também vai definir os critérios de elegibilidade e as condições diferenciadas para cada empresa. Mas a MP desta quarta já determina que as linhas poderão constituir recursos para capital de giro e investimentos em inovação tecnológica, entre outros.

Para Ramos, há um risco de que os recursos sejam insuficientes, especialmente se as taxas forem subsidiadas: "O governo não está só prevendo financiamento, como ampliando escopo para inovação tecnológica e capital

de giro. Isso aumenta a possibilidade de mais empresas buscarem crédito. A minha preocupação é faltar dinheiro."

Ex-secretário de Comércio Exterior e consultor da BMJ, Wclber Barrai considera que o sucesso das medidas depende também das garantias que serão oferecidas para pequenas e médias empresas exportadoras tomarem os empréstimos.

"O problema para pequenas e médias empresas é a garantia, principalmente do BNDES, porque elas não conseguem atender. Hoje é um processo muito burocrático e utilizado apenas por grandes empresas", afirmou.

Além dos R\$ 30 bilhões para a linha de crédito, o governo anunciou que serão aportados R\$ 4,5 bilhões em fundos garantidores, casos do Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e do Fundo de Garantia de Operações (FGO).

Na entrevista coletiva que detalhou o pacote, ontem, integrantes do governo explicaram que o papel dos fundos garantidores é permitir que empresas mais fragilizadas tenham acesso ao financiamento uma vez que eles protegem a carteira das instituições financeiras.

Para o economista-chefe da Leme Consultoria, José Ronaldo Souza Junior, o plano de contingência tem medidas positivas e que devem trazer algum alívio para os setores, mas não resolvem o problema imediato. "Uma tarifa desse tamanho é muito difícil de se contrapor. A medida mais efetiva continua sendo a

renegociação", pondera.

O consultor avalia que um exemplo de ação que vai no sentido correto é a suspensão por um ano do pagamento de **impostos** sobre insumos previstos no regime de "drawback". Ocorre que o "drawback" depende de insumo importado para exportar e, considerando as indústrias que se mantiveram sob a taxa de 50%, a maior parte não é beneficiada.

"Na verdade, essas indústrias são competitivas porque usam insumos produzidos no Brasil."

Souzajunior cita os setores de aço e pescados, que se mantiveram sob a tarifa máxima, ao passo em que a Embraer, que usa muito insumo importado, acabou na lista de exceções.

As medidas para estimular o crédito a esses setores, por sua vez, são bem-vindas. "Diminui um pouco o custo, mas acho difícil que vá mudar a competitividade desses produtos."

A criação de uma linha específica e atrelada à manutenção de postos de trabalho foi considerada positiva pela professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Beni, que destacou a importância do acompanhamento da medida e da contrapartida.

Segundo ela, isso impede que se repita o que houve no governo Dilma Rousseff, quando a redução da carga tributária para a folha de pagamentos não se traduziu em aumento de postos de trabalho: "Em um primeiro momento, deve-se ter o anúncio, mas logo depois deve-se acompanhar. Essa deve ser a dinâmica de qualquer política pública".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188296?page=1§ion=1>

Pacote é positivo, mas insuficiente, dizem empresas

A ampliação do Reintegra às empresas que exportam aos EUA foi uma das medidas mais elogiadas pela indústria. O programa permite que companhias recebam de volta parte dos **tributos** pagos na produção de bens enviados ao exterior. A abertura de R\$ 30 bilhões em linhas de crédito e a postergação dos **impostos** por dois meses também foram destacados pelo setor privado.

No entanto, a avaliação é que o plano apenas atenua e adia os efeitos das tarifas. "O pacote contém vários pontos que podem auxiliar empresas no curto prazo, permitindo que sejam capazes de sobreviver a esse período de ajuste à nova realidade. Mas, por mais que o pacote seja abrangente, ele é um paliativo. Um paliativo bom, mas que não substitui a necessidade de redução da tarifa", afirmou o presidente da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (Apre Florestas), Fabio Brun.

Ele também destacou a importância de garantir a efetiva aplicação dos benefícios previstos. "Uma coisa é anunciar o pacote, outra é a implementação. É fundamental que o que está sendo sugerido seja realmente aplicável e que as empresas tenham acesso às medidas propostas."

Um desafio, por exemplo, é viabilizar o acesso às linhas de crédito oferecidas. "Vai depender de qual será a taxa de juros. Se ela for alta e a empresa não tiver cliente para vender, não vai conseguir pagar", disse o presidente do conselho da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast). José Ricardo Roriz.

As linhas de crédito podem ser vantajosas para empresas de menor porte, mas são apenas um adiamento do problema, porque os juros irão impactar a rentabilidade futura dos negócios, afirmou Sérgio Wuacén, presidente do conselho de administração da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica e Revestimentos (An-facer) e diretor do grupo Lamosa.

Para ele, o adiamento do pagamento de alguns **impostos** deverá ajudar o fluxo de caixa das companhias, mas seria ainda mais vantajoso se as condições forem iguais às feitas durante a pandemia, com "adiamento sem a cobrança de juros".

Outra preocupação é em relação a demissões, que já

começam a acontecer. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, as medidas elevam o fôlego às empresas, mas a garantia de emprego não é viável para todas as companhias. "Se você está sem venda e sem faturamento, como garantir emprego? Já está começando a haver cortes", afirmou.

A Abicalçados também disse que "segue na expectativa" de medidas voltadas à manutenção dos empregos, considerando que o setor é intensivo em mão de obra.

A depender dos efeitos, as empresas preveem que novas medidas devem ser necessárias. "Este pacote é inédito em tamanho e vai exigir acompanhamento para avaliar se será suficiente ou se haverá necessidade de uma segunda fase", disse Éder da Silva, gerente de assuntos de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Velloso também não descarta a necessidade de uma nova rodada de apoio caso os recursos sejam insuficientes. "Se faltar, precisamos de uma segunda saída. O governo vai ver se haverá adesão e se não haverá algum problema fiscal."

Para além das medidas, o setor privado cobra a continuidade das negociações para reverter ou atenuar as tarifas. Roriz, da Abiplast, afirmou que o plano não resolve o problema central, que é a perda dos clientes nos EUA.

"Vamos continuar trabalhando nesta agenda com o vice-presidente [Geraldo] Alckmin, a equipe do Mdic [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços] e os governadores dos sete Estados e prefeituras onde temos fábricas, como São Paulo e Bahia", disse Rodrigo Navarro, presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

Para ele, as medidas anunciadas não são suficientes para conter os desafios que o setor vai enfrentar diante das tarifas.

Wuacén também pondera que a prioridade do governo deve ser a negociação do fim das tarifas. "Observamos que diversos países alcançaram

resultados favoráveis na renegociação e na mitigação do impacto das tarifas, sem adotar uma postura de confronto."

Em nota, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também apoiou o pacote do governo, mas sinalizou que "continuará colaborando com propostas e ações para ampliar a resiliência do setor produtivo e estimular o crescimento sustentável da economia brasileira" e que também "seguirá em diálogo com o setor privado norte-americano para minimizar os efeitos das tarifas nos dois países".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1§ion=1)**

País precisa abrir mais mercados, defendem especialistas

As medidas anunciadas nesta quarta-feira (13) pelo governo devem atenuar os efeitos do tarifaço de Donald Trump, mas é difícil ter alguma ação que anule a magnitude do aumento tributário, caso a elevação persista. O caminho é a agenda para tirar o atraso na competitividade da indústria, para abrir novos mercados de forma sustentada. A avaliação é do economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"É importante que se tente amortecer os impactos imediatos, porque muitas atividades estavam em andamento." Parte das medidas, diz, além de corretas, deveria ter vindo há mais tempo, como a ampliação do Reintegra, programa que busca compensar perdas com **tributos** não restituídos ao longo da cadeia. O reforço do sistema de financiamento de exportação, diz, também é uma demanda antiga da indústria.

O reforço do Fundo Garantidor de Exportação (FGE), diz, embora tenha orientação mais conjuntural, traz uma boa oportunidade também para voltar a discutir o Eximbank, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) queria criar.

Um olhar de longo prazo, afirma, exige medidas complementares nesse sentido, que permitam a abertura de novos mercados de forma consistente. Cagnin diz que se os produtos afetados pela tarifa de 50% seguirem com taxa alta, o padrão na relação comercial com os EUA muda. "É inevitável que haja efeito sobre o volume de venda e de exportação das empresas atingidas, com impacto no faturamento e no emprego."

"Há um trabalho mais complexo que leva mais tempo, de conquista de competitividade. Uma diplomacia comercial ativa ajuda a abrir portas. Mas, para ter um fluxo de mercadorias, é preciso ter condições econômicas de competitividade. No caso das exportações, a **reforma tributária** é um passo, mas é preciso implementar outras medidas."

Avaliação semelhante tem o economista Cláudio Frischtak, fundador e presidente da Inter.B Consultoria. Na visão dele, o Brasil deveria aproveitar a oportunidade criada pelo tarifaço para acelerar e intensificar o trabalho de prospecção de mercados, com envolvimento dos governos federal, estaduais e setor privado.

Para ele, medidas como concessão de crédito e adiamento da cobrança de **tributos**, previstas no plano, são ações emergenciais, mas que podem indicar inversão de pautas que precisam ser atacadas com mais profundidade.

Frischtak avalia que os governos, nas diferentes esferas, e empresas de setores afetados pela taxa de 50% deveriam ampliar as missões de prospecção de mercado. No caso das empresas, inclusive, seria o caso de se formar consórcios na busca de novos mercados. Embora essa iniciativa seja mais demorada, reconhece, a ação teria melhores resultados.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188296?page=1§ion=1>

Novo sistema da CBS é avanço, mas não supera problemas antigos - VISÃO DO DIREITO

Guilherme Saraiva Grava

Guilherme Saraiva Grava - Advogado da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados

Começou a fase de testes de um novo sistema de arrecadação da **Reforma Tributária**, desenvolvido pelo Serpro em parceria com a **Receita Federal**. A plataforma será a base para a apuração da CBS, novo tributo federal que unificará as atuais contribuições ao PIS e à Cofins.

Ainda fechado para um grupo restrito de empresas, o sistema promete alto poder de processamento - superior, inclusive, ao da plataforma PIX - e tem como destaque a apuração assistida, um modelo pré-preenchido semelhante ao que já existe para o Imposto de Renda da pessoa física.

A proposta é facilitar a vida do contribuinte, oferecendo ferramentas de simulação e cálculo que proporcionem mais transparência do que o modelo atual. Por outro lado, o sistema também é alvo de críticas por ampliar o controle do Fisco sobre as empresas, reduzindo sua autonomia na gestão tributária.

Se as vantagens dessas novas ferramentas ainda dividem opiniões, é certo que nem tudo são flores na corrida tecnológica da **Reforma Tributária**. Enquanto o Governo avança no sistema de apuração da CBS, o IBS - o outro grande tributo recém-criado, que unificará ICMS e ISS - ainda caminha a passos lentos.

Como o IBS será compartilhado entre Estados e Municípios, há uma insegurança muito maior quanto à sua gestão. Além da ausência de um sistema unificado, o imposto enfrenta entraves básicos para sua implementação.

Muitos municípios já anunciaram que não irão aderir ao novo padrão nacional de nota fiscal, o que dificulta a adaptação das empresas que deverão iniciar sua implementação já no início de 2026.

Muita expectativa recai agora sobre o Projeto de Lei nº 108/2024, que regulamentará o Comitê Gestor do IBS.

O órgão será responsável por coordenar o novo tributo e viabilizar o necessário engajamento entre os entes federativos - tarefa desafiadora, mas essencial para que o imposto funcione na prática.

A novela está longe do fim. Enquanto as empresas correm para atualizar a parametrização de seus sistemas, muitas dúvidas ainda pairam sobre as regras dos novos **tributos** e seus impactos reais, inclusive sobre as alíquotas finais que serão aplicadas.

Esse descompasso entre a velocidade da tecnologia e o atraso da regulamentação serve como alerta: sistemas modernos não resolvem, por si só, problemas antigos. Sem segurança jurídica, clareza nas normas e integração institucional, a promessa de um modelo mais eficiente pode acabar soterrada pela complexidade que se pretendia superar.

Site: <https://flip.correiobraziliense.com.br/>